

RICARDO DIP

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. Acadêmico de honra da Real Academia de Jurisprudencia y Legislación de Madri. Diretor científico da Seção de Estudos de Direito Natural do Consejo de Estudios Hispánicos "Felipe II" de Madri. Membro fundador do Instituto Jurídico Interdisciplinar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

CONCEITO E NATUREZA DA RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR DOS REGISTRADORES PÚBLICOS

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, verão de 2017
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Coordenação Editorial: Vinicius Vieira

Diagramação e Finalização: Eduardo Nallis Villanova

Revisão Gramatical: José Ubiratan Ferraz Bueno

Projeto Gráfico de Capa: Anderson dos Santos

DIP, Ricardo. Conceito e Natureza da Responsabilidade Disciplinar dos Registradores Públicos. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

ISBN 85-7674-868-1

1. Registros Públicos 2. Responsabilidade Disciplinar
3. Sanções. I. Título

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

1. Brasil: Registros Públicos
2. Brasil: Responsabilidade Disciplinar
3. Brasil: Sanções

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Dedicatória, 7

Prefácio, 11

1. A Razão de Ser desta Palestra, 13

1.1. Realidade e culpa	19
1.2. A natureza histórica dos registros e dos registradores	23
1.3. Desconstrução da realidade e ativismo.....	25
1.4. O desconstrucionismo registral.....	29
1.5. Para o regresso da sensatez jurídica.....	31
1.6. Os tópicos deste opúsculo.....	33

2. Conceito de Responsabilidade, 35

2.1. Noção etimológica de “responsabilidade”.....	39
2.2. Do conceito de ato humano – pessoa e imputação.....	43
2.3. Divisão da responsabilidade jurídica	47

3. Da Noção de Responsabilidade Disciplinar, 49

3.1. O enlace do direito penal com o direito administrativo	53
3.2. Os fins das sanções administrativas.....	57

4. Das Competências no Âmbito da Responsabilidade Disciplinar, 61

4.1. Sobre o conceito de delegação registral.....	65
4.2. A <i>potestas regiminis tabularum</i> no direito brasileiro.....	67

4.3. Do poder administrativo-penal e os registros públicos	69
4.4. Dos poderes administrativos de orientação, instrução e ordem.....	73

5. O Ilícito Disciplinar, *a parte obiecti*, 75

5.1. Do tipo administrativo-penal de ilícito.....	79
5.2. Do tipo administrativo-penal sancionador.....	83
5.3. Da tipologia administrativo-judicial	89
5.4. Dos usos e costumes no direito administrativo sancionador.....	93

6. O Ilícito Disciplinar, *a parte subiecti*, 95

6.1. Do dolo e da culpa em sentido estrito (designadamente, as categorias da culpa <i>in eligendo</i> e da culpa <i>in vigilando</i>).....	99
--	----

7. Dos Ilícitos e das Sanções no Direito Brasileiro Disciplinar dos Registros Públicos, 105

7.1. Da prescrição	113
7.2. Do processo disciplinar na fase originária.....	117
7.3. Processo disciplinar: delegação, recurso, avocação e revisões.....	121

8. Breve Conclusão, 129

Bibliografia, 133